

# CDR

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL E TURISMO

COMISSÃO DE  
DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL  
E TURISMO

CDR



Atividades 2019

SENADO FEDERAL



# Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR

# MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL - 2019/2021

- Presidente: Davi Alcolumbre – DEM/AP  
1º Vice-presidente: Antonio Anastasia – PSDB/MG  
2º Vice-presidente: Lasier Martins – Podemos/RS  
1º Secretário: Sérgio Petecão – PSD/AC  
2º Secretário: Eduardo Gomes – MDB/TO  
3º Secretário: Flávio Bolsonaro – Sem Partido/RJ  
4º Secretário: Luiz Carlos Heinze – PP/RS
- 1º Suplente: Marcos do Val – Podemos/ES  
2º Suplente: Weverton – PDT/MA  
3º Suplente: Jaques Wagner – PT/BA  
4º Suplente: Leila Barros – PSB/DF

# Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) - 2019/2021



**Presidente**  
Izalci Lucas - PSDB/DF



**Vice-presidente**  
Zenaide Maia - PROS/RN

## Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)



Dário Berger - MDB/SC Titular  
Marcelo Castro - MDB/PI Titular  
Daniella Ribeiro - PPI/PB Suplente  
Eduardo Braga - MDB/AM Suplente  
Eduardo Gomes - MDB/TO Suplente  
Fernando Bezerra Coelho - MDB/PE Suplente

## Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)



Jaques Wagner - PT/BA Titular  
Zenaide Maia - PROS/RN Titular  
Humberto Costa - PT/PE Suplente  
Jean Paul Prates - PT/RN Suplente

## Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)



Izalci Lucas - PSDB/DF Titular  
Pílino Valério - PSDB/AM Titular  
Soraya Thronike - PSL/MS Titular  
Juiza Selma - PODE/MT Suplente  
Mara Gabrilli - PSDB/SP Suplente

## Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)



Chico Rodrigues - DEM/RR Titular  
Zezinha Maranhão - PSC/PA Titular  
Jorginho Mello - PUSC Suplente

## Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)



Elizane Gema - Cidadania/MA Titular  
Ranoldo Rodrigues - Rede/AP Titular  
Vincenzo Viali do Rego - PSB/PB Titular  
Alessandro Vieira - Cidadania/SE Suplente  
Flávio Airoz - Rede/PR Suplente  
Weverton - PDT/MA Suplente

## PSD



Lucas Barreto - AP Titular  
Omar Aziz - AM Titular  
Angelo Coronel - BA Suplente  
Otto Alencar - BA Suplente

## PODEMOS



Emano Férreir - PI Titular  
Styvenson Valerim - RN Suplente

# Corpo Técnico da Secretaria de Apoio à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

## Secretário da Comissão

Marcus Guevara Sousa de Carvalho

## Secretário Adjunto

Rodrigo Barbosa de Oliveira

## Equipe Técnica

Daiane de Moraes Soares

Gabriel Guimarães de Oliveira

Luciana Ferreira Cardoso

Maria Fernanda S. S. F. Cruz

Rayanne Rossi Bougleux

Sarah M. Abrahão Tolentino de Vasconcelos

Estagiárias

Amanda Carvalho Ribeiro

Emanuella Maciel de Brito da Silva

## Contato

Secretaria de Apoio à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo / CDR

Senado Federal | SACDR – Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Sala 07, subsolo

Fone: 61 3303-4282

cdr@senado.leg.br

# Corpo Técnico do Gabinete do Senador Izalci Lucas

Paulo Monteiro Vieira Braga Barone

Andréa Neiva de Amorim

Maria Elisa de Alencar

## Colaborador

José Fernando Vilela

# Expediente

Jornalista Responsável: Elisa de Alencar

Edição e redação: José Fernando Vilela

Diagramação: José Fernando Vilela

Fotos: William Sant'Ana (Gab. Sen. Izalci Lucas) | Agência Senado | Google Imagens

Gráfica: Senado Federal

Tiragem: 1.000

# Mensagem do Presidente

**Q**uando começamos a desenvolver um novo Plano Estratégico para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, juntamo-nos, senadores e senadoras da República em razão da importância desta Comissão, especialmente, para trabalhar e lutar pelas áreas e pela população mais vulneráveis do país, levando em conta o desenvolvimento, a geração de emprego e renda e a sustentabilidade.

Tratamos das pessoas, em primeiro lugar. Tivemos embates, mas tivemos, sobretudo, resoluções importantes para todo o país. São projetos aprovados que vão trazer desenvolvimento, proteção ambiental e emprego e renda para as populações que vivem em áreas esquecidas pelo poder público, seja no âmbito local ou federal.

Trouxe para a comissão um espaço de discussão mais ampliado, mas trouxe, principalmente, um espaço de deliberação e resolução. Afinal, somos nós, os parlamentares que fazemos as leis e essas leis têm que ser cumpridas.

Neste sentido, quem aprovou e lutou por regras com financiamentos e promoção de novos projetos para o desenvolvimento regional e o turismo do país, tem a responsabilidade de lutar pelas suas execuções.

Como presidente desta importante Comissão, quero agradecer aos meus pares e dizer que muito fizemos e podemos fazer ainda mais.



## **SOBRE A COMISSÃO**

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal é a responsável por opinar sobre matérias pertinentes a:

- proposições que tratem de assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional, dos Estados e dos Municípios;
- planos regionais de desenvolvimento econômico e social;
- programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional;
- integração regional;
- agências e organismos de desenvolvimento regional;
- proposições que tratem de assuntos referentes ao turismo;

## **OS NÚMEROS DA CDR EM 2019**

**REUNIÕES  
DA COMISSÃO**

**42**

**PROPOSTAS  
DELIBERATIVAS**

**115**

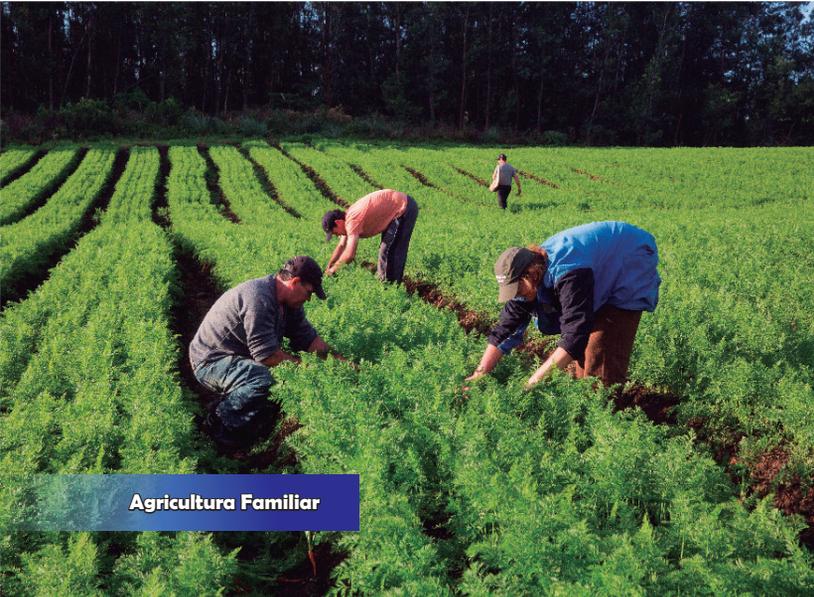
**ATIVIDADES  
EXTERNAS**

**01**

# Avaliação de Política Pública

Centro de Desenvolvimento Regional





**Agricultura Familiar**



**Desenvolvimento Social**



**Energia Renovável**



**Desenvolvimento Econômico**

# Senadores avaliam a implantação dos Centros de Desenvolvimento Regional pelo país

*Projeto promove a articulação entre universidades, ICT&I, setor produtivo e órgãos governamentais*

**N**o começo de 2019, os senadores da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aprovaram a avaliação da implantação dos Centros de Desenvolvimento Regional, os CDRs, como política pública conforme estabelece o Regimento Interno do Senado Federal. Atualmente, quatro projetos pilotos estão em andamento no país.

Os projetos de implantação dos CDRs consistem em criar uma relação entre universidades, institutos ou outras instituições de ensino e pesquisa brasileiras, com capacidade de se articular com atores relevantes e tomadores de decisão em prol do aumento da competitividade e sustentabilidade das estruturas sociais e econômicas regionais.

Os Centros de Desenvolvimento Regional começaram a ser implantados pelo Ministério da Educação (MEC), a partir de 2017, articulando a participação das instituições de ensino superior (IES) e instituições de ciência, tecnologia e inovação no desenvolvimento regional sustentável do Brasil. A partir de então, iniciou-se a implantação desses projetos em quatro regiões estratégicas. Os CDRs foram estabelecidos nas regiões de Campina Grande (PB), Itapeva (SP), Bagé (RS) e DF e seu Entorno. Foi lançado recentemente um CDR na região do Triângulo Mineiro, englobando as fronteiras entre MG, MS, GO e SP.

Ao longo do ano, os senadores realizaram audiências públicas para debater a importância desse projeto com os próprios coordenadores dos CDRs e também discutiram o tema com representantes de agências de fomento como o CNPq, CAPES, FINEP e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE. A última instituição citada é a responsável por orientar a execução do projeto.

Os quatro pilotos dos Centros de Desenvolvimento Regional que estão em fase de implantação já formaram as suas respectivas carteiras de projetos. Cada um dos CDRs definiu seus alvos temáticos de acordo com a necessidade e a vocação de cada região.

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF), presidente da comissão, foi quem apresentou o requerimento para avaliação dessa política pública pela CDR em 2019. O parlamentar afirmou que a intenção era analisar o andamento da proposta, que criou os centros.

“Diante da necessidade de retomada do crescimento econômico, a implantação desses centros podem contribuir para gerar mais emprego e renda para o país. Temos que estimular o empreendedorismo no Brasil”, disse Izalci na época.



Accesse o Requerimento para avaliar os CDRs

# Debatedores defendem efetivação dos Centros de Desenvolvimento Regional no Senado Federal



## Propostas Deliberadas em 2019

PRESIDENTE:	1
SIM:	10
NÃO:	0
ABSTENÇÃO:	0
<hr/>	<hr/>
QUÓRUM:	11

R DA RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA (PDT, PT)

SIPL ENTES



CDR - 1ª Assembleia Plenária 2019

Ordem	Nome	Partido
1	Dr. Paulo Sérgio	PSD
2	Dr. Paulo Sérgio	PSD
3	Dr. Paulo Sérgio	PSD
4	Dr. Paulo Sérgio	PSD
5	Dr. Paulo Sérgio	PSD
6	Dr. Paulo Sérgio	PSD
7	Dr. Paulo Sérgio	PSD
8	Dr. Paulo Sérgio	PSD
9	Dr. Paulo Sérgio	PSD
10	Dr. Paulo Sérgio	PSD
11	Dr. Paulo Sérgio	PSD
12	Dr. Paulo Sérgio	PSD
13	Dr. Paulo Sérgio	PSD
14	Dr. Paulo Sérgio	PSD
15	Dr. Paulo Sérgio	PSD
16	Dr. Paulo Sérgio	PSD
17	Dr. Paulo Sérgio	PSD
18	Dr. Paulo Sérgio	PSD
19	Dr. Paulo Sérgio	PSD
20	Dr. Paulo Sérgio	PSD
21	Dr. Paulo Sérgio	PSD
22	Dr. Paulo Sérgio	PSD
23	Dr. Paulo Sérgio	PSD
24	Dr. Paulo Sérgio	PSD
25	Dr. Paulo Sérgio	PSD
26	Dr. Paulo Sérgio	PSD
27	Dr. Paulo Sérgio	PSD
28	Dr. Paulo Sérgio	PSD
29	Dr. Paulo Sérgio	PSD
30	Dr. Paulo Sérgio	PSD
31	Dr. Paulo Sérgio	PSD
32	Dr. Paulo Sérgio	PSD
33	Dr. Paulo Sérgio	PSD
34	Dr. Paulo Sérgio	PSD
35	Dr. Paulo Sérgio	PSD
36	Dr. Paulo Sérgio	PSD
37	Dr. Paulo Sérgio	PSD
38	Dr. Paulo Sérgio	PSD
39	Dr. Paulo Sérgio	PSD
40	Dr. Paulo Sérgio	PSD
41	Dr. Paulo Sérgio	PSD
42	Dr. Paulo Sérgio	PSD
43	Dr. Paulo Sérgio	PSD
44	Dr. Paulo Sérgio	PSD
45	Dr. Paulo Sérgio	PSD
46	Dr. Paulo Sérgio	PSD
47	Dr. Paulo Sérgio	PSD
48	Dr. Paulo Sérgio	PSD
49	Dr. Paulo Sérgio	PSD
50	Dr. Paulo Sérgio	PSD

Reunião Deliberativa da CDR

# Senadores da CDR analisaram 115 proposições em 2019

*Os parlamentares deliberaram sobre propostas que visam diminuir as desigualdades regionais e promover o desenvolvimento socioeconômico e turístico do Brasil*

Entre as competências de uma comissão permanente está a de que deve deliberar sobre as propostas legislativas para analisar, opinar e emitir parecer quanto a sua aplicabilidade e constitucionalidade. No caso da CDR, cabe a ela tratar de matérias sobre desenvolvimento regional e turismo.

No decorrer de 2019, os senadores que integram a comissão analisaram 115 proposições legislativas. Veja na tabela ao lado quais foram os projetos aprovados pelos parlamentares.

Além das proposições de autoria dos senadores, dos deputados e do Executivo, os integrantes da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo também deliberaram sobre requerimentos, ofícios “S”, emendas à PLDO 2020, emendas à PLOA 2020 e PPA 2020-2023.

Entre os projetos de lei do Senado aprovados, destaque para a criação da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento Econômico do Polo Caruaru/PE e Campina Grande/PB na Região Nordeste; a criação da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Vitória, no Espírito Santo; a adoção de práticas de construção de edificações sustentáveis, para a geração de energia elétrica; o que estimula à interiorização do turismo e a valorização do turismo religioso; e a criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) em Foz do Iguaçu, no Paraná.

Já entre os requerimentos que foram aprovados pelos senadores, destaque para a realização de audiências públicas com os ministros do Turismo e do Desenvolvimento Regional a fim de conhecer as diretrizes e objetivos dos órgãos para os próximos anos. Além dos ministros, a CDR também realizou audiências públicas com os superintendentes de desenvolvimento das regiões Centro-Oeste e Nordeste, da Amazônia e da Zona Franca de Manaus.

Proposições Deliberadas	
Projeto de Lei do Senado – Terminativo	06
Projeto de Lei do Senado – Não Terminativo	06
Projeto de Lei – Terminativo	02
Projeto de Lei – Não Terminativo	07
Projeto de Lei da Câmara – Não Terminativo	04
Projeto de Resolução do Senado – Não Terminativo	03
Projeto de Lei Complementar - Terminativo	04
Projeto de Lei Complementar – Não Terminativo	01
Ofício “S”	05
Requerimentos de Comissão	61
Emendas à PLDO 2020	09
Emendas à PLOA 2020	04
Emendas ao PPA 2020-2023	03
Relatório da Avaliação da Política Pública	0
<b>TOTAL</b>	<b>115</b>



Santuário do Menino Jesus de Praga em Brazlândia, Distrito Federal

# Projeto estimula a interiorização do turismo e a valorização do turismo religioso

*Por falta de incentivo e promoção de campanhas publicitárias, a maioria dos turistas visitam apenas as capitais brasileiras e deixam de conhecer outras belezas e atrações culturais e religiosas do país*

**D**e acordo com o Anuário Estatístico do Ministério do Turismo de 2019, referente ao ano de 2018, mas divulgado em dezembro de 2019, aponta que o Brasil recebeu mais de 6 milhões de visitantes oriundos de outros países. O levantamento aponta que a maioria desses turistas se restringem a conhecer apenas as capitais brasileiras.

Com o objetivo de mudar esse cenário, a CDR aprovou o projeto de lei do Senado nº 1.308/2019 que inclui na Política Nacional de Turismo o estímulo à interiorização do turismo e a valorização do turismo religioso.

Em 2017, um levantamento realizado pela Oxford Economic para Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC) indicou que o turismo foi responsável pela injeção de US\$ 163 bilhões no Brasil em 2017, o equivalente a 7,9% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no ano. Ou seja, os recursos que advêm do turismo fomentam a economia de diversas cidades brasileiras, e do próprio país.

Porém, existe a necessidade de propagar e estimular que o turista também conheça as riquezas e belezas do interior

do Brasil. Com isso, cria-se uma melhor distribuição e aumento dos benefícios gerado pelo turismo como, por exemplo, a oferta de mais emprego e renda para a população interiorana.

Outro fator pouco explorado no país, é o turismo religioso. O Brasil ainda é um país de maioria católica e as festas religiosas ainda são atrações turísticas que ajudam a movimentar a economia, principalmente, nas cidades do interior.

Em muitos municípios, o maior referencial turístico são os monumentos religiosos e as festas relacionadas aos diversos credos, como as cidades de

**Mais de 6 milhões  
de turistas  
estrangeiros visitaram  
o Brasil em 2018**

Santa Cruz-RN (Alto de Santa Rita de Cássia), Juazeiro do Norte - CE (Padre Cícero), Aparecida - SP (Basilica Santuário Nacional de Nossa Senhora da Conceição Aparecida), de Uberaba a Sacramento, no interior de Minas Gerais, para os seguidores da doutrina espírita; entre outras.



Acompanhe o trâmite da matéria



Foto da cidade de Caruaru (PE)



Foto da cidade de Campina Grande (PB)

## CDR aprova a criação da RIDE do Polo Caruaru e Campina Grande

A criação de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDEs) em todo o território brasileiro vem demonstrando que é uma ótima solução para impulsionar a economia local. Atualmente, existem RIDEs em vários pontos do país e essas redes estão contribuindo para diminuir as desigualdades sociais.

Com isso, a criação da RIDE do Polo Caruaru/PE e Campina Grande/PB se torna necessária tendo em vista que os municípios dessa região possuem atividades econômicas parecidas e podem atuar juntas para ajudar no crescimento e desenvolvimento socioeconômico local.

Dentre as atividades econômicas vocacionais da região, destacam-se os setores de confecção, turismo e indústria moveleira. A região compreendida entre Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama abriga o conhecido “Polo de Confecção” pernambucano. Na Paraíba, as populações dos municípios de Barra de São Miguel, Alcantil, Caraúbas e Congo, com distância máxima de 150 km de Caruaru, têm por principal fonte de renda o trabalho relacionado às empresas de confecção do polo pernambucano.

A realidade dessas regiões evidencia que o modelo de gestão centralizado e concentrado nas capitais dos estados não tem sido eficaz para promover o adequado desenvolvimento espacial, prioritário para o país.



Acompanhe o trâmite da matéria

## A RIDE da Grande Vitória vai ser formada por sete municípios do ES

A promoção de políticas públicas que incentivem o desenvolvimento econômico da Grande Vitória no Espírito Santo vai contribuir para explorar a vocação das sete cidades que formam a Região Metropolitana. Os municípios de Cariacica, Guarapari, Fundão, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória, abrigam 49% da população do estado e representa 53% de seu produto interno bruto (PIB) capixaba.

A economia do Espírito Santo é baseada praticamente em atividades portuárias. Porém, a ampliação das atividades agrícolas e de turismo vem ganhando força no estado.

Outra fonte da economia capixaba que vem crescendo é a exploração do petróleo e do gás natural. Vale ressaltar que o estado também vem investindo na implantação de rochas ornamentais como o mármore e granito.

A Região Metropolitana da Grande Vitória foi instituída em 1995. Mas, diante da falta de incentivo ao desenvolvimento econômico se faz necessária a criação da RIDE a fim de que essas cidades possam contribuir ainda mais com o Espírito Santo. As sete cidades que vão compor a RIDE da Grande Vitória tem um enorme potencial para incrementar a economia capixaba.



Acompanhe o trâmite da matéria



Foto da Região Metropolitana da Grande Vitória

# CDR aprova inclusão de Uruana de Minas a Região Integrada do Distrito Federal



Quer saber mais? Acesse a matéria

Cidade de Uruana de Minas (MG)

# Comissão aprova a criação da zona de processamento de exportação (ZPE) em Foz do Iguaçu no Paraná

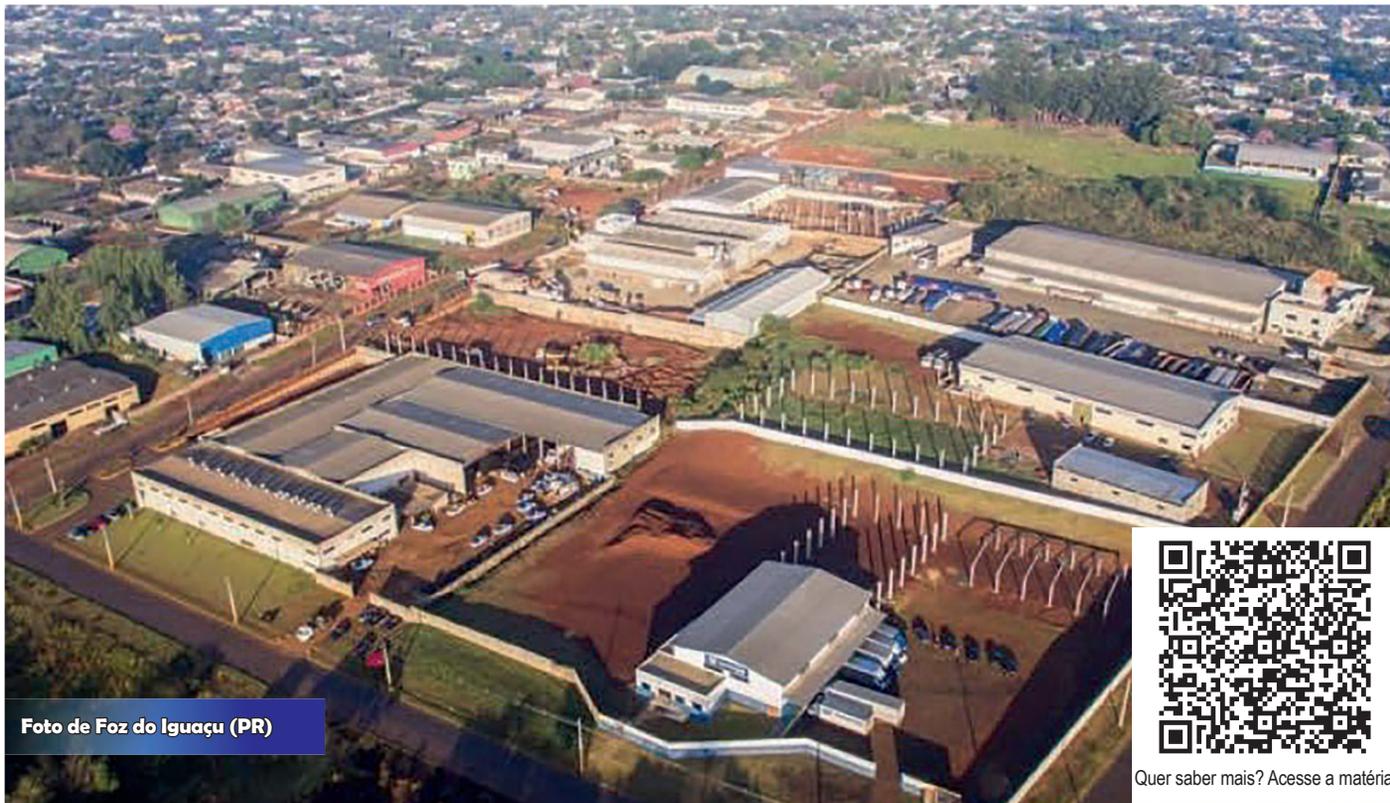


Foto de Foz do Iguaçu (PR)



Quer saber mais? Acesse a matéria

# Áreas de Livre Comércio da Região Norte são beneficiadas com a isenção do IPI

*Projeto de lei aprovado pelos senadores da CDR tem como objetivo estender o benefício da isenção para a matéria-prima de origem regional*

**D**esde que foi criada em 1991, a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, no Amapá, cresceu tanto que hoje converge com áreas de outros estados como o Amazonas, Rondônia e Acre. Com isso, o projeto de lei do Senado nº 1.753/2019 tem como objetivo expandir o uso de matéria-prima de origem regional resultante da extração, coleta, cultivo ou criação animal na região da Amazônia Legal. Além disso, o projeto também prevê a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) desses produtos.

O projeto contempla as áreas de livre comércio (ALCs) das cidades de Macapá e Santana (AP), Tabatinga (AM), Guajará-Mirim (RO) e Brasileia e Cruzeiro do Sul (AC). Atualmente, esses municípios deixam de adquirir matérias-primas de outras regiões devido à falta de não serem contempladas com a isenção do IPI.

A medida vai garantir mais isonomia para essas áreas, pois as matérias-primas originárias da Região Norte são quase as mesmas, mas as distâncias e os limites de abrangência impediam que fossem adquiridos produtos de outras localidades. Por exemplo, uma indústria instalada em Macapá ou Santana não pode adquirir matéria-prima originada no Pará.

As ALCs tem como objetivo promover o fortalecimento do setor comercial, a abertura de novas empresas e a geração de empregos. Cada uma dessas áreas, possuem características econômicas diferentes.

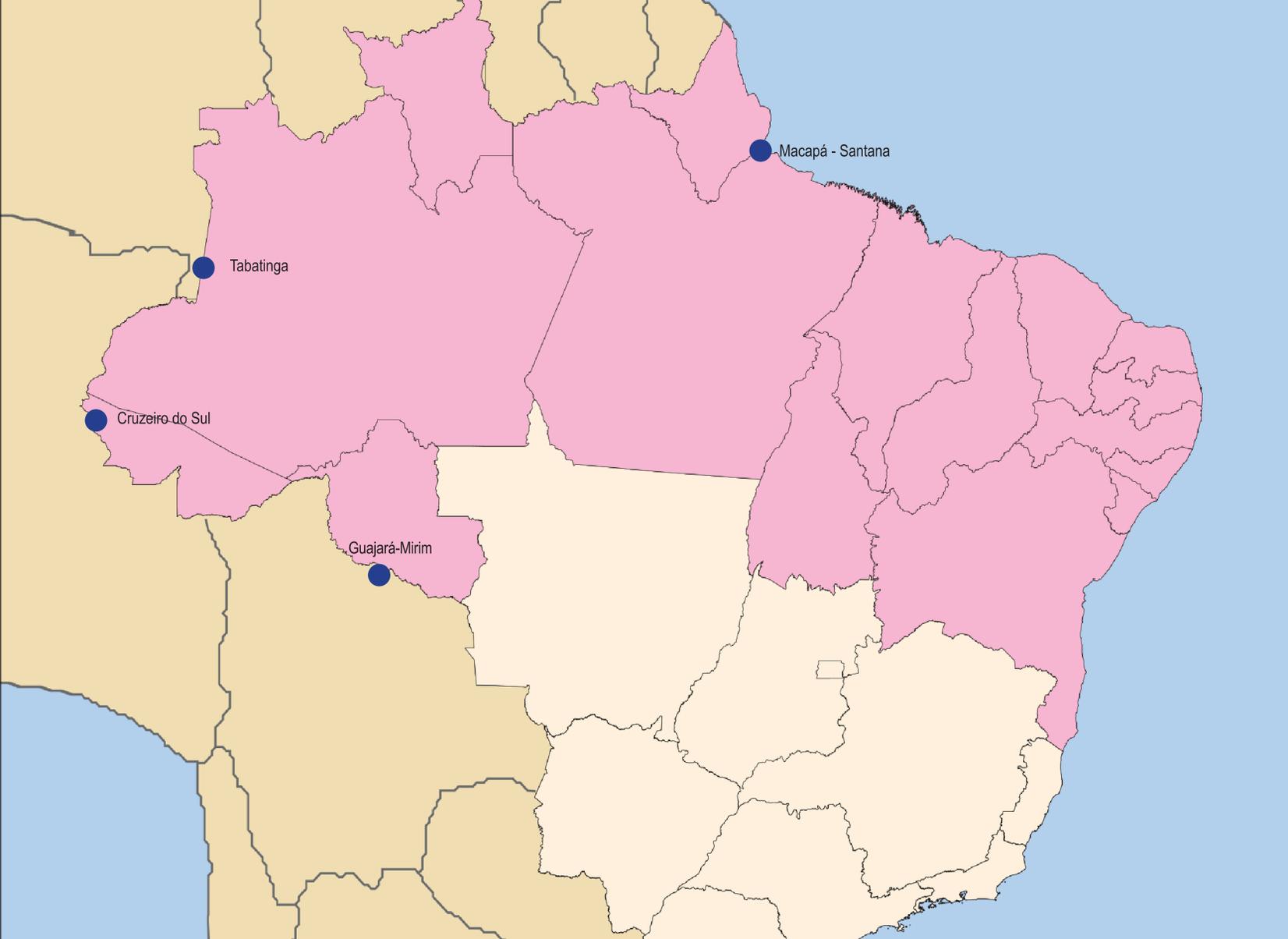
A área de Macapá e Santana é baseada na agricultura, mineração, extração de madeiras, pecuária e piscicultura. A de Tabatinga auxilia na promoção das relações comerciais internacionais entre o Brasil, Colômbia e Peru. A ALC de Guajará-Mirim está localizada na fronteira com a Bolívia e sua economia concentra-se na agricultura, no extrativismo mineral e na pecuária.

Já a área de Brasileia e Cruzeiro do Sul, que também faz fronteira com a Bolívia, promoveu o desenvolvimento da região a partir da construção do Mercado municipal, da ponte binacional, rodovias, distrito industrial e usina de beneficiamento de castanha.

A região Norte possui 13 áreas de livre comércio. A maioria dessas ALCs estão sob controle da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). O órgão supervisiona a entrada e saída de produtos dessas área.



Acompanhe o trâmite da matéria



Macapá - Santana

Tabatinga

Cruzeiro do Sul

Guajará-Mirim



Foto do programa Minha Casa, Minha Vida

# Senadores aprovam a adequação ambiental para projetos do programa Minha Casa, Minha Vida

*Os novos projetos do programa devem se adequar as novas normas estabelecidas a fim de garantir a construção de empreendimentos sustentáveis*

**D**esde que foi criado, o programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal vem passando por ajustes e mudanças com o intuito de oferecer as famílias, que sonham em conquistar a casa própria, uma moradia com qualidade. Foi aprovado na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, o projeto de lei da Câmara nº 34/2018 que estabelece a inclusão de requisitos econômicos, sociais e ambientais em empreendimentos habitacionais.

De acordo com o projeto, é necessário que medidas de adequação ambiental de empreendimentos como a gestão de resíduos sólidos, o aproveitamento da água

da chuva, a reutilização de água usada e a geração de energia solar, sejam adotadas.

O projeto de lei ainda prevê a destinação de um espaço físico para que os seus habitantes possam, por intermédio de associações, cooperativas, trabalhos individuais ou coletivos, desenvolver alguma atividade econômica, principalmente nas áreas de comércio e serviços.

Atualmente, a lei já traz várias exigências de infraestrutura: vias de acesso, iluminação pública, esgotamento sanitário e ligações domiciliares de abastecimento de água e energia elétrica.

O projeto está pronto para ser votado no plenário do Senado.



Acompanhe o trâmite da matéria

# Outros projetos aprovados pela CDR

- PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, de 2013 - Regulamenta a profissão de Salva-Vidas
- PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, de 2015 - Dispõe sobre a instituição de programa de certificação do artesanato brasileiro
- PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 667, de 2015 - Altera a redação do art. 40 da Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), definindo-se o Plano Diretor como instrumento de desenvolvimento humano, econômico e social das cidades brasileiras, devendo estabelecer obrigatoriamente parâmetros para as políticas públicas de saúde, educação, segurança pública, transportes e habitação, e dá outras providências
- PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 137, de 2017 - Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências
- PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, de 2018 - Dispõe sobre a prática do naturismo
- PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, de 2018 - Dispõe sobre a adoção de práticas de construção de edificações sustentáveis, para a geração de energia elétrica
- PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 402, de 2018 - Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, para exigir o atendimento aos princípios do desenho universal na concepção e implantação de projetos de desenvolvimento urbano
- PROJETO DE LEI Nº 398, DE 2019 - Inclui no calendário turístico oficial do país o Cerejeiras Festival, evento realizado no município de Garça, estado de São Paulo
- PROJETO DE LEI Nº 402, de 2019 - Institui o Programa Cidade Amiga do Idoso
- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 724, DE 2019 - Torna obrigatória a utilização de patamares mínimos de água de reuso por plantas industriais e prédios comerciais que se instalarem em regiões de baixa precipitação pluviométrica
- PROJETO DE LEI Nº 1121, de 2019 - Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir a bacia hidrográfica do rio Capibaribe na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf)

- PROJETO DE LEI N° 2645, DE 2019 - Acrescenta art. 41-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para disciplinar a cobrança da diária inaugural por fornecedor de serviço de hotelaria
- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 4731, DE 2019 – Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir a Bacia do Rio Araguari e demais bacias do Estado do Amapá e Pará na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf)
- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 4850, DE 2019 – Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir as Bacias Difusas do Litoral, no Estado do Piauí, na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf)
- PROJETO DE LEI N° 5022, DE 2019 - Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.439, de 27 de abril de 2017, para estabelecer prioridade no atendimento às famílias vítimas de desastres naturais
- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 5141, DE 2019 – Institui o Estado do Tocantins como Rota Nacional do Turismo de Aventura, Ecológico, Rural, de Sol e Praia Doce, de Vivência, Cultural, Religioso e Gastronômico



Foto de Cajueiro da Praia (PI)



Foto da flor da Cerejeira em Garça (SP)

# Audiências Públicas Realizadas em 2019





# Ministro do Turismo afirma que o governo quer dobrar o número de turistas que visitam o Brasil

*Em audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, o ministro Marcelo Álvaro Antônio, falou sobre a expansão da atividade turística no país*

O ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, informou que o governo pretende dobrar o fluxo de visitantes ao país dos atuais 6,6 milhões de pessoas para 12 milhões até 2022. A meta foi apresentada aos senadores em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) no dia 10 de abril.

“Só Cancún, no México, recebe 7 milhões de viajantes por ano. Ou seja, uma faixa de 24 quilômetros de praia atrai mais gente que o Brasil. Recebemos US\$ 5,89 bilhões dos turistas estrangeiros anualmente e queremos passar para US\$ 19 bilhões”, esclareceu.

Segundo o ministro, são objetivos ambiciosos, que já estavam previstos no Plano Nacional do Turismo (PNT) e que agora foram abraçados pelo governo Bolsonaro. Ele acredita que são planos factíveis, diante das providências que estão sendo tomadas. Entre elas, citou, está a dispensa de visto para cidadãos americanos, japoneses, canadenses e australianos e a adoção do visto eletrônico para chineses e indianos, atualmente em estudo pelo Ministério.

“Austrália, Canadá, Estados Unidos e Japão têm baixo risco migratório. Além disso são países que figuram

na lista dos 20 que mais gastam com viagem no mundo. Temos que decidir o que queremos: geração de renda e emprego ou a política de reciprocidade por si só?”, indagou.

**Abertura de capital** - Marcelo Álvaro Antônio fez uma forte defesa da abertura do capital das companhias aéreas no Brasil. Na opinião do ministro é a saída para o barateamento dos preços das passagens e da abertura de novas rotas e destinos. Segundo ele, tal medida, juntamente com a limitação de 12% do ICMS sobre o querosene de aviação, terão impactos positivos diretos na vida dos turistas.

“É inadmissível um país com mais de 200 milhões de habitantes e 8,5 milhões de quilômetros tenha somente quatro empresas operando o espaço aéreo brasileiro.

Na verdade, três agora, já que uma delas está em recuperação judicial. Países como a Argentina e Chile, que têm um quarto da nossa população e são menores, já têm mais do que o dobro. Essa ação vai promover a redução do custo das passagens com a competitividade”, informou.



Saiba mais acessando a matéria



Ministro Luiz Fernando  
Lucas

Ministro Marcelo Álvaro  
Ministro de Estado do Turismo - MTur

Assessor Especial do Gabinete do Ministro  
do Turismo  
Willian Souza

Audiência da CDR com o Ministro do Turismo

# Gustavo Canuto apresentou os objetivos do Ministério do Desenvolvimento Regional para os senadores

*Com a fusão de várias pastas, o órgão passou a ser um dos mais estratégicos para o Poder Executivo já que tem papel importante na execução de políticas públicas de desenvolvimento do país*

**A** revisão da política nacional de desenvolvimento, a atuação coordenada para a segurança de barragens e políticas para moradores de áreas de risco estão entre as principais linhas de ação do Ministério do Desenvolvimento Regional — que, no governo do presidente Jair Bolsonaro, aglutinou os Ministérios das Cidades e da Integração Nacional.

A atuação da nova pasta para os próximos anos foi apresentada aos senadores pelo ministro Gustavo Canuto em audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), realizada no dia 27 de fevereiro. Segundo ele, o governo está trabalhando para encaminhar até agosto ao Congresso Nacional os planos de desenvolvimento regionais, que regulam a execução de projetos de desenvolvimento produtivo nos próximos cinco anos. O ministro explicou que, apesar de estarem previstos na Constituição, esses planos nunca foram executados.

“Trata-se de uma mudança de logística. Por isso, é preciso aprovar uma versão que seja construída de maneira federativa, para chegarmos ao final com o devido sucesso”. Canuto esclareceu que o orçamento do ministério caiu 52% entre 2014 e 2019, chegando a R\$ 7 bilhões. Segundo ele, apesar de o governo estar dando atenção à justa execução

dos gastos, mudanças na legislação ainda são necessárias. Além disso, afirmou, investimentos privados também podem ajudar na alocação de recursos.

“Eu não tenho as respostas prontas, mas creio que chamar o privado com o olhar público ajudará a financiar as políticas públicas das quais o país tanto precisa. Vamos misturar um pouco as duas coisas, para que consigamos avançar”.

O ministro ressaltou que desenvolvimento regional envolve ações de outros ministérios, como os da Saúde, da Educação e da Segurança. Ele disse que esse trabalho já está sendo articulado junto a outras pastas e citou como exemplo a Política Nacional de Segurança de Barragens, que tem parceria dos Ministérios do Meio Ambiente e de Minas e Energia.

Ao enfatizar que não há desenvolvimento regional sem desenvolvimento das cidades, Canuto informou que os recursos da pasta serão distribuídos entre as três macrorregiões brasileiras. O ministro defendeu, no entanto, que essa divisão deve ser feita pelo governo, e não pelos bancos.



Saiba mais acessando a matéria



SENADO FEDERAL  
COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FISCALIDADE E FINANÇAS  
**Caetano**  
Ministro do Desenvolvimento Regional



SENADO FEDERAL  
COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FISCALIDADE E FINANÇAS  
**nador Izalci Lucas**  
Presidente

**Audiência com o Ministro do Desenvolvimento Regional**



Região da Amazônia brasileira

# Incentivos e desenvolvimento sustentável para a Amazônia foram debatidos na CDR

*Representantes do Banco da Amazônia, Sudam e Suframa apresentaram seus planos de trabalho para os próximos anos na região*

**A** Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) ouviu, no dia 20 de março, representantes das três maiores instituições empenhadas no desenvolvimento sustentável da região amazônica: o Banco da Amazônia (Basa) e as superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Zona Franca de Manaus (Suframa). Tecnologia, internet e fomento para as empresas instaladas na região foram os principais assuntos da audiência pública.

O diretor de Crédito e Distribuição do Banco da Amazônia, Francimar Rodrigues Maciel, mostrou que o Basa, principal agente financeiro de desenvolvimento da Amazônia, participa com cerca de 63% do crédito para investimentos. De acordo com Francimar, o objetivo do banco é contribuir para o desenvolvimento sustentável da Região Norte, tanto nas zonas urbanas quanto nas rurais. Para isso, o banco financia o investimento produtivo, o aumento de produtividade dos empreendimentos, investe em geração de emprego, em ações que aumentam a arrecadação tributária e que melhoram a distribuição de renda. O banco trabalha inclusive, com aplicativos para oferecer crédito ao microempreendedor via celular.

Nos últimos seis anos, o Basa aplicou cerca de R\$ 23 bilhões

na região. Em 2018, quase a totalidade do orçamento do FNO foi aplicada.

De todos os projetos financiados pelo banco, 97,8% já estão devidamente implantados. Apenas 2,2% de projetos não foram implantados e esses casos já foram encaminhados ao Ministério Público, uma vez que o FCO é composto por dinheiro público.

Os representantes da Sudam explicaram que o planejamento estratégico da entidade prevê investimentos incluídos e sustentáveis para atrair e manter o setor privado, estimular a expansão e a melhoria da infraestrutura, aumentar a atuação em políticas e planos regionais e fomentar as atividades produtivas e arranjos produtivos locais.

Alfredo de Menezes Junior, da Suframa, mostrou as linhas de ação para os dois próximos anos nos pontos de zona franca localizados nos estados de atuação do órgão como a desburocratização e simplificação de marcos legais, a modernização dos sistemas, entre outras. Menezes também defendeu a revitalização do polo industrial de Manaus e sua inclusão como ponto turístico da cidade.



Saiba mais acessando a matéria

# Senadores debateram propostas de fomento para o desenvolvimento do Nordeste com instituições da região

*Parlamentares da bancada do Nordeste se manifestaram contrários a fusão entre o banco que atende a região com o BNDES durante audiência pública realizada pela CDR*

**O**s integrantes da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) defenderam, no dia 27 de março, que o Banco do Nordeste (BNB), considerado a maior instituição de desenvolvimento regional da América Latina, não seja fundido com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), como proposto pela equipe econômica do presidente da República, Jair Bolsonaro.

Os participantes da audiência pública salientaram a importância do BNB para financiar negócios locais, além de outras instituições estatais voltadas à diminuição das desigualdades regionais.

O presidente do BNB, Romildo Rolim, disse que um dos pilares da instituição é o crédito produtivo de longo prazo, com recursos do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FNE). De acordo com ele, o banco abastece principalmente o setor rural e agroindustrial, mas também atua em investimentos como aeroportos, energia eólica e solar, exploração de petróleo e gás, saneamento e transmissão e distribuição de energia. A maior parte dos empréstimos é direcionado para médios e pequenos empreendedores, afirmou.

Rolim mencionou ainda o trabalho desenvolvido no setor do microcrédito, tanto rural quanto urbano, que levou a instituição a ser considerada o terceiro maior banco de microfinanças do mundo, responsável por 63% da operação de microcrédito do Brasil. Foram R\$ 11,5 bilhões de microcrédito contratados em 2018, atendendo a 5,7 milhões de microempreendedores, declarou. A estratégia do banco é ampliar ainda mais essas duas vertentes, FNE e microcrédito, nos próximos anos.

Os dirigentes do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), Angelo Guerra, e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Maria Clara Oliveira, mencionaram as obras em que esses os órgãos atuam, tidas como essenciais para garantir principalmente água potável aos nordestinos, em ações que se complementam.

Mário Gordilho, titular da Sudene, revelou que a entidade trabalha na elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste.



Saiba mais acessando a matéria



André Cláudio Nogueira  
Diretor-Geral do DNOC

Senador Lúcio Lucas  
Presidente

Mário de Paula Gordillo  
Presidente do SUDENE

Angelo José de Nogueira  
Diretor-Geral do DNOC

Audiência com representantes da Sudene, Codevasf e Banco do Nordeste



Audiência da CDR com representantes da Sudeco e Banco do Brasil

# Descentralização de crédito do Fundo do Centro-Oeste foi debatida na Comissão

*Senadores criticaram a distribuição de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste e defenderam uma mudança no plano de atuação da Sudeco*

**D**urante audiência pública realizada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), no dia 28 de agosto, senadores criticaram a distribuição de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, gerido pelo Banco do Brasil. Eles pediram redução da burocracia para os pequenos negócios e defenderam uma mudança no plano de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).

O superintendente da Sudeco, Nelson Vieira Fraga Filho, disse que são poucos os recursos do fundo, que tem como objetivo promover ações concretas de desenvolvimento — não entregando emendas parlamentares aos municípios, mas projetos interessantes que possam ser adotados pelas cidades.

Além disso, ele sugeriu que os projetos não dependam totalmente dos recursos financiados pelo fundo.

“O objetivo é conseguir fazer um modelo de negócio onde você propõe recursos para financiar a atividade produtiva. É não precisar financiar 100%, poder financiar 20% e o próprio setor vir com 80%. É o tipo de recurso que agrega produtividade e emprego”, disse Nelson Vieira.

O presidente da comissão, senador Izalci Lucas (PSDB-DF), ressaltou que o Fundo Constitucional de

Financiamento do Centro-Oeste (FCO) não tem atendido os seus objetivos devido à centralização do crédito nas mãos do Banco do Brasil, o que inviabiliza o atendimento aos empresários que possuem menos recursos, devido as exigências pré-estabelecidas.

“Nós temos que achar uma solução para que as empresas, principalmente as novas empresas, startups, microempresas, possam ser financiadas com o fundo [FCO]. Não tem sentido o banco só financiar quem não precisa. Quem tem hoje as garantias que o banco exige é quem não precisa de dinheiro”, pontuou o parlamentar. Izalci sugeriu a adoção de medidas que garantam a liberação de mais dinheiro para esses pequenos negócios. Seja tirando a responsabilidade total do banco, seja criando um fundo garantidor das operações que diminua as cláusulas de risco do contrato.

O representante do Banco do Brasil na mesa, Emmanoel Shcimidt Rondon, relatou que é um esforço da instituição financeira ter outros repassadores operando os recursos do FCO.



Saiba mais acessando a matéria

# Obras de transposição do Rio São Francisco voltam a ser debatidas pelos senadores na CDR



Transposição do Rio São Francisco



Saiba mais acessando a matéria

# Intervenções em áreas de preservação de Bonito (MS) podem atrapalhar o desenvolvimento da cidade

*A CDR realizou audiência conjunta com outras comissões para debater o impacto ambiental e econômico devido as ocupações e construções irregulares em volta do Parque Nacional da Serra da Bodoquena*



Gruta Lago Azul



Saiba mais acessando a matéria

# CDR debate mudanças na Regularização Fundiária

*Senadores, representantes do governo e especialistas apontaram caminhos a fim de acelerar o processo de regularização de imóveis e terras.*

**M**udanças na Lei de Regularização Fundiária (Lei 13.465, de 2017) foram debatidas em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) no dia 25 de setembro. Para especialistas e parlamentares, a lei ainda é muito burocrática. Mas o subchefe-adjunto de Infraestrutura da Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil, Gustavo Zarif, lembrou que a regularização fundiária é uma questão complexa.

“O caso aqui da regularização fundiária não escapa disso. É uma questão complexa. Não existem soluções mágicas nem soluções fáceis. Mas é uma estrada, é uma escada, é um caminho. E como uma escada, você tem que subir degrau por degrau”, frisou Zarif.

Para a especialista em regularização fundiária Fabiana Torquato, a legalização de terra é importante não somente porque é a garantia de um direito social, mas também porque pode ajudar a superar a crise econômica.

“Nos Estados Unidos e Europa, por exemplo, as pessoas justamente utilizam o capital delas, que é a propriedade, para alavancar recursos, para conseguir empréstimos, financiamentos e até os próprios negócios. Então, o que nós entendemos é que a possibilidade de os municípios hoje que detêm a competência para regularização, eles de fato, poderiam ter as suas economias locais impactadas

pela regularização, já que a gente teria esses recursos fundiários inseridos na economia”, afirmou a especialista.

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) lamentou que a Lei de Regularização Fundiária não tenha acabado com a burocracia. Ele sugeriu que o Senado retome a discussão e vote novas mudanças para a regularização de terras.

“Nós cometemos alguns equívocos. Primeiro, a gente não deu estrutura nem para o Incra nem para o Secretaria de Patrimônio da União (SPU), para que eles pudessem regularizar. Não temos oferecido o que existe hoje de melhor no mercado da tecnologia disponível para desenvolver a atuação dos órgãos. E eu estou vendo agora os prefeitos todos doidos para regularizar seus municípios e cada um tomando uma posição independente. Vai acontecer muita picaretagem nessa história! Então, a gente tem que cuidar disso para que as coisas aconteçam de forma legal correta”, observou o parlamentar.

Mencionando o início do processo de regularização fundiária por meio de autodeclaração no Amapá, o senador Lucas Barreto (PSD-AP) afirmou que essa experiência pode ajudar outros estados.

“Quanto à regularização fundiária, eu penso que agora nós vamos ter, enfim, uma solução. Se tem o título, ele pode acessar financiamento que tem fé pública e você gera riqueza, gera emprego”, disse o senador.



Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo  
LIVRO FEITO

Neidilza de Lencastre

Carolina Maria Filipe

Liliana Deckerhoff

Fabiana Torquato

**Audiência da CDR para debater a Lei de Regularização Fundiária**



Frentista abastecendo carro em Umuarama (PR)

# Preço alto dos combustíveis foi discutido em audiência pública no Senado Federal

*Representantes da Petrobras e da Agência Nacional de Petróleo (ANP) explicaram aos senadores da CDR os motivos da oscilação no preço final dos combustíveis.*

**M**ais de um ano depois da paralisação dos caminhoneiros pela redução dos valores dos combustíveis, a crise em torno da política de preços praticada pela Petrobras continua. Críticos afirmam que o aumento do preço é resultado da nova política da estatal, que segue a lógica do mercado internacional. O assunto foi tema de audiência pública, no dia 26 de junho, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). O gerente de marketing da Petrobras, Flavio Tojal, argumentou que o valor elevado nas bombas é causado pela cobrança de impostos e pela participação das distribuidoras. Isso porque os preços dos combustíveis são compostos por três parcelas distintas: o valor da Petrobras, os impostos e os custos de distribuição e venda. No caso do diesel, 53% do valor final vai para a Petrobras, 24% são de tributos como ICMS e Cofins e 23% são os custos das distribuidoras que transportam e comercializam o produto. Já o preço da gasolina tem 29% da Petrobras, 45% de impostos e 26% de distribuição e vendas.

“Ou seja, outras parcelas (além da Petrobras) concorrem para a formação desse preço. Portanto, no debate de alternativas para uma política energética que consiga mitigar impactos ao consumidor final, essas parcelas

merecem ser observadas”, explicou Flavio, afirmando ainda que a política de preços vigente na época foi estruturada em 2016.

Explicação semelhante foi dada pelo diretor geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Décio Oddone, que reforçou o argumento de que os preços dos combustíveis não dependem apenas da Petrobras.

“A gente tem falado muito no preço da Petrobras, mas o preço final, na bomba, é composto do valor do combustível, das margens de distribuição e revenda e dos impostos. Se a gente não olhar essa cadeia de forma integrada, a gente não vai conseguir entender claramente como os preços são formados e sua variação até chegar ao consumidor”, esclareceu o dirigente da estatal.

O diretor geral da ANP, entretanto, defendeu que é possível baixar o preço do petróleo. Para isso, é preciso baixar o custo Brasil e mudar leis que restringem a competição.

Outra opção levantada na audiência seria a redução do ICMS que incide nos combustíveis, porém, depende de posição dos estados.



Saiba mais acessando a matéria

# Senadores discutem a venda fracionada do gás de cozinha como alternativa para baratear o produto



Depósito de distribuidora de gás



Saiba mais acessando a matéria

# CDR debateu a restrição do acesso às praias por empreendimentos turísticos e comerciais



Saiba mais acessando a matéria

Empreendimento em Alagoas

# Outras audiências públicas realizadas pela CDR

- Debate sobre a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG) pela Petrobrás
- Debate sobre os estudos realizados pela CPRM Serviço Geológico do Brasil no estado de Roraima
- Debate para instruir o PLS 465/2018, que altera os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses
- Debate sobre a Pauta Nacional do Transporte Escolar
- Debate para analisar as políticas públicas da pesca, bem como a produção, comercialização do pescado, transporte e emissão de licenças, geração de empregos, o defeso e o potencial que o Brasil apresenta para o pleno desenvolvimento da pesca no país
- Debate sobre a exportação de frutas como instrumento de desenvolvimento regional



Plantação de Uva em Petrolina (PE)



Foto do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

# Emendas ao Orçamento de 2020

LDO e LOA



# Senadores da Comissão aprovaram duas emendas à LDO voltadas para o desenvolvimento regional

*CDR sugere como prioridades e metas para 2020 a estruturação e dinamização de atividades produtivas e o apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local*

**A** elaboração e definição dos recursos do Orçamento da União inicia com o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO. O Poder Executivo envia a proposta ao Congresso para que os parlamentares possam opinar e fazer ajustes ao texto, bem como apontar prioridades e metas para o ano seguinte.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) fixa o montante de recursos que o governo pretende economizar; traça regras, vedações e limites para as despesas dos Poderes; autoriza o aumento das despesas com pessoal; regulamenta as transferências a entes públicos e privados; disciplina o equilíbrio entre as receitas e as despesas; indica prioridades para os financiamentos

pelos bancos públicos.

A tramitação da LDO começa na Comissão Mista de Orçamento (CMO), onde podem ser apresentadas emendas, e termina em sessão conjunta de deputados e senadores no Congresso Nacional.

Em 2019, os senadores da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) indicaram duas emendas à CMO como prioridades e metas para 2020. No dia 03 de julho, a CDR aprovou emendas voltadas para o desenvolvimento regional. Uma delas prioriza a estruturação e dinamização de atividades produtivas. Já a outra, reforça a importância de apoiar projetos de desenvolvimento sustentável.





Incentivo para a construção civil

# CDR aprova R\$ 1.140 bilhão em recursos do Orçamento de 2020 para obras e programas

*Das mais de 100 emendas apresentadas, os senadores decidiram atender ações de apoio a infraestrutura turística, projetos de desenvolvimento sustentável, a revitalização da bacia hidrográfica da Codevasf e a implantação de obras de infraestrutura hídrica.*

**P**ara definir as prioridades ao Orçamento do ano seguinte, o Poder Executivo deve submeter ao Congresso Nacional o projeto de Lei Orçamentária Anual, a LOA.

A LOA disciplina todas as ações do Governo Federal. Nenhuma despesa pública pode ser executada fora do Orçamento, mas nem tudo é feito pelo Governo Federal. As ações dos governos estaduais e municipais devem estar registradas nas leis orçamentárias dos Estados e Municípios.

No Congresso, deputados e senadores discutem, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), a proposta enviada pelo Executivo, fazem as modificações que julgam necessárias por meio das emendas e votam o projeto. Depois de aprovado, o projeto é sancionado pelo Presidente da República e se transforma em Lei.

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), no dia 23 de outubro, deliberou sobre mais de 100 emendas apresentadas pelos parlamentares. Os senadores da CDR aprovaram a indicação de quatro emendas que foram encaminhadas a CMO.

Os parlamentares da Comissão aprovaram a destinação de mais de R\$ 1 bilhão para obras e programas importantes do governo federal. Esses recursos irão atender ações de apoio a infraestrutura turística, projetos de desenvolvimento sustentável, a revitalização da bacia hidrográfica da Codevasf e a implantação de obras de infraestrutura hídrica.

Descrição da Emenda	Valor
Revitalização de Bacias Hidrográficas na Área de Atuação da Codevasf - Nacional	100.000.000
Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - Nacional	500.000.000
Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica de Pequeno e Médio Vulto - Nacional	100.000.000
Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Nacional	440.000.000



Rio São Francisco

*\* Este material foi produzido pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) em conjunto com o Gabinete do Senador Izalci Lucas com informações do relatório de atividades realizadas pela comissão durante o ano de 2019.*